

Temas

- Desenvolvimento sustentável
- Capacitação institucional e administrativa
- **Igualdade de oportunidades**
- Desenvolvimento local e territorial
- Promoção da inclusão social
- Sociedade da informação

Igualdade de Oportunidades

- Descrição do tema
- A relação entre a igualdade entre homens e mulheres e o desenvolvimento socioeconómico
- Abordagens à igualdade entre mulheres e homens
- Tipos de medidas, programas e intervenções
- Principais problemas e questões da avaliação
- Abordagens, métodos e técnicas relevantes
- Boas práticas
- Bibliografia
- Palavras-chave

Descrição do Tema

No contexto das políticas do Desenvolvimento Socioeconómico a nível europeu verifica-se a existência de diferentes áreas de discriminação e desigualdade como, por exemplo, as que afectam homens e mulheres, pessoas portadoras de deficiência ou outros grupos minoritários incluindo comunidades étnicas e refugiados. Apesar de tudo, o tema da “igualdade de oportunidades” tem vindo a centrar-se, nos últimos anos, na posição relativa entre homens e mulheres. O Conselho Europeu declarou em várias ocasiões que a promoção do princípio da igualdade entre homens e mulheres constitui, tal como a luta contra o desemprego, um desafio essencial para a UE e os Estados-membros. No âmbito dos Fundos Estruturais, o tema da igualdade de oportunidades tem sido objecto de uma importância acrescida. A Igualdade entre homens e mulheres é um princípio democrático básico consagrado no Tratado desde 1957. O Tratado de Amesterdão reforçou as disposições sobre a igualdade entre mulheres e homens: a UE está empenhada em eliminar as desigualdades e em promover a igualdade entre mulheres e homens em todas as suas actividades.

A relação entre a igualdade entre homens e mulheres e o desenvolvimento socioeconómico

A integração de uma dimensão de género em todas as actividades reforça a importância do facto de a igualdade de género não ser uma questão de discrepâncias socioeconómicas menores. A promoção da igualdade de oportunidades de género é reconhecida pelo seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico em geral e para reajustamentos regionais em particular.

Se analisarmos o desempenho de países e regiões verificamos uma clara e forte correlação positiva entre o crescimento económico e a igualdade de género no mercado de trabalho.

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

A direcção da causalidade é, sobretudo, do crescimento económico para a igualdade de género: um melhor desempenho económico é frequentemente seguido de uma melhor educação, democracia e maior igualdade de género. Mas também se verifica uma relação positiva entre maior igualdade de género e crescimento económico: a maior participação das mulheres no mercado de trabalho ajuda a aumentar o produto interno bruto através do aumento dos recursos humanos envolvidos no sistema de produção. A inclusão das mulheres no mercado de trabalho e na política também contribui para um aumento da qualidade de vida.

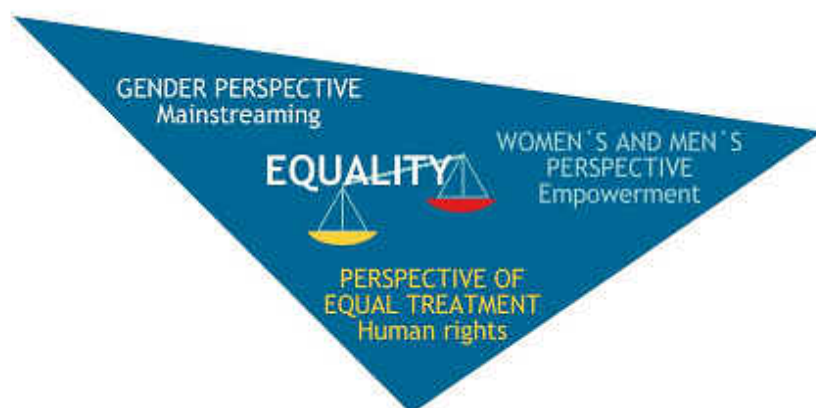
Existem argumentos ligados à eficiência, mas também à equidade, para apoiar a presença das mulheres nos mercados de trabalho (locais) e na política. A discriminação e a segregação dão origem à ineficiência. Se o papel económico dos indivíduos for definido pelo género, em vez do mérito ou da capacidade, e se as diferenças de remuneração das mesmas características entre homens e mulheres persistirem, verificar-se-á uma subutilização das capacidades de um grupo (as mulheres). As políticas direccionadas para a redução da desigualdade de género e das diferenças de género na sociedade e na economia podem igualmente ajudar a desenvolver uma força de trabalho com múltiplas capacidades e a melhorar os padrões da organização do trabalho. Uma participação maior e mais igualitária dos homens e das mulheres na economia pode melhorar as condições familiares, se os interesses conjuntos dos pais e das crianças forem facilitados por políticas que apoiam a conciliação do trabalho e da vida familiar, tanto para os homens como para as mulheres. Em termos simplistas: quanto maior for a proporção da força de trabalho envolvida na actividade económica e de empregos de boa qualidade, melhor é a economia e a sociedade. Além do mais, os benefícios para a economia (local) resultantes da eliminação da desigualdade de género, advêm de uma melhor e mais eficiente utilização dos recursos que podem aumentar a competitividade da economia (local).

Abordagens à igualdade entre homens e mulheres

A igualdade entre homens e mulheres é um fenómeno dependente do tempo e do espaço e as perspectivas sobre o assunto desenvolveram-se ao longo do tempo (Ver Caixa *Perspectivas sobre a igualdade*).

Caixa: Perspectivas sobre a Igualdade
É possível distinguir pelo menos três fases históricas nas abordagens à igualdade entre os sexos. Uma delas é a perspectiva do tratamento igual, que se centra nos direitos humanos tanto das mulheres como dos homens. Outra é a perspectiva das mulheres, que sublinha a capacitação das mulheres e o valor acrescentado que as mulheres podem produzir. Por último, a perspectiva de género, centrada na relação entre homens e mulheres a nível estrutural, que pode ser constatada, por exemplo, na segregação vertical e horizontal do mercado de trabalho. A estratégia da perspectiva de género é a integração da igualdade de género, que foi oficialmente lançada pela ONU na Conferência sobre Mulheres de Pequim, em 1995.

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades



Legenda:

GENDER PERSPECTIVE - PERSPECTIVA DE GÉNERO
Mainstreaming – Integração

EQUALITY - IGUALDADE

WOMEN'S AND MEN'S PERSPECTIVE - PERSPECTIVA DE HOMENS E MULHERES
Empowerment – Capacitação

PERSPECTIVE OF EQUAL TREATMENT - PERSPECTIVA DE TRATAMENTO IGUAL
Human Rights - Direitos humanos

FONTES: Horelli, L. Booth, C., Gilroy, R. (1998/2000) The EuroFEM Toolkit for Mobilising Women into Local and Regional Development, Revised version. Helsinki: Helsinki University of Technology; Rees, T. (1998) Mainstreaming Equality in the European Union. London: Routledge

As principais questões associadas ao tema da igualdade de oportunidades que receberam particular atenção incluem:

- Participação no mercado de trabalho: em todos os Estados-membros, o nível de actividade das mulheres é inferior ao dos homens.
- Diferenciação salarial: em todos os países, verifica-se uma diferença significativa nos níveis salariais entre homens e mulheres.
- Desemprego: em todas as faixas etárias, as mulheres sofrem habitualmente maiores níveis de desemprego (sobretudo no desemprego de longa duração).

Para além dos aspectos acima referidos, verificam-se ainda outras desigualdades relevantes no mercado de trabalho como, por exemplo: segregação de género por sector ou ocupação; salários inferiores em sectores dominados por mulheres; e, a dificuldade para as mulheres prosseguirem uma carreira. Existem ainda outras desigualdades substanciais entre homens e mulheres que afectam as condições da mulher no mercado de trabalho, como a presença das mulheres na política, no governo ou nos campos académicos e da investigação (isto é, a participação das mulheres em todos os círculos de poder e de tomada de decisão).

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

Dado o grande leque de variáveis que afectam a condição da mulher no mercado de trabalho, que vão desde a estrutura económica, incentivos políticos e penalizações, práticas salariais, sistemas de reprodução social e atitudes, é necessário ter em consideração uma abordagem multifacetada reduzir as desigualdades de género, uma vez que todas as políticas podem ter consequências na igualdade de oportunidades entre géneros.

Isto significa que a igualdade entre homens e mulheres deve ser integrada em todos os aspectos do processo da política dos Fundos Estruturais, como uma prioridade horizontal ('Integração da perspectiva de género'). É, assim, importante que a Igualdade de Oportunidades seja sistematicamente integrada em todas as fases e níveis do desenvolvimento e operacionalização dos Fundos Estruturais.

A integração da questão do género tem algumas implicações políticas importantes:

- Sugere que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres já não é possível de alcançar exclusivamente através de políticas específicas de género, mas que requer uma abordagem holística, que integre objectivos de igualdade em todas as áreas políticas tradicionais. Isto significa uma integração horizontal, que atravesse todas as áreas políticas e uma integração vertical a todos os níveis da hierarquia política.
- Esta abordagem assume que para se alcançar a igualdade é necessário transformar e inovar o processo de decisão política e as relações institucionais ou de poder. Assim, com a adopção de uma abordagem igualitária em todos os níveis do ciclo político, integra-se o processo de tomada de decisão e de implementação política.

A adopção de uma integração da perspectiva de género complementa as políticas específicas de igualdade de oportunidades. Ou seja, embora seja importante considerar activamente as questões de género na fase de planeamento e examinar os potenciais efeitos das políticas na situação dos homens e das mulheres, continua a ser essencial desenvolver acções e medidas positivas específicas dirigidas ao sexo sub-representado. Dada a complexidade de adoptar uma abordagem sistemática, também é importante que as acções positivas ajudem a melhorar as ferramentas e os modelos das abordagens de género para a decisão política. Por tudo isto é necessário adoptar uma abordagem dual baseada na integração da perspectiva de género e em acções positivas, sendo as acções positivas um sub-nível da abordagem sistemática. Ou seja, as políticas directas e indirectas não são alternativas, mas têm de ser desenvolvidas com alguma sinergia.

Caixa: Integração da perspectiva de género

Caixa: Integração da perspectiva de género

Segundo o Conselho da Europa a "integração da perspectiva de género significa a (re)organização, desenvolvimento e avaliação dos processos políticos para que a perspectiva da igualdade de género seja incorporada em todas as políticas, em todos os níveis e em todas as fases, pelos actores normalmente envolvidos na formulação política". Isto tem por objectivo alcançar a igualdade entre homens e mulheres. A abordagem sistemática representa, assim, uma estratégia de mobilização dos actores – administradores, pessoal administrativo, líderes – para colocarem as "lentes do género" e para se esforçarem por promover a igualdade nas suas práticas quotidianas. Nem as sociedades modernas, nem as organizações podem funcionar satisfatoriamente ou ser produtivas e competitivas sem a total participação tanto dos homens como das mulheres.

O regulamento do Conselho 1260/1999 de 21 de Junho de 1999, que especifica as disposições gerais para os Fundos Estruturais (2000-2006), prevê a integração da perspectiva de género como uma obrigação. A mesma obrigação aparece nos regulamentos para os fundos individuais, sobretudo no Fundo Social Europeu (FSE), onde as “pessoas” são a principal preocupação e na nova Iniciativa Comunitária, EQUAL (que prevê o desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho para conciliar a vida familiar e profissional, a redução das disparidades de género e o apoio à desagregação do trabalho como princípios essenciais).

A aplicação de acções positivas, como o apoio especial direccionado para os homens ou as mulheres conforme o contexto, é uma parte integrante da integração da perspectiva de género.

Tipos de medidas, programas e intervenções

Apesar do facto da integração da perspectiva de género ser, hoje em dia, uma obrigação no âmbito dos Fundos Estruturais, a sua aplicação varia consideravelmente de um Estado-Membro para outro e para os diferentes Fundos Estruturais. Na verdade, a estratégia escolhida para promover a igualdade de oportunidades depende muito dos contextos nacionais e mesmo regionais. Em alguns países, por exemplo, a igualdade de oportunidades resume-se a um objectivo geral, sem qualquer especificação sobre a forma como deve ser implementada. Em outros países, a igualdade de oportunidades é tida em consideração no contexto de acções específicas no âmbito de Medidas específicas, enquanto a integração da perspectiva de género permanece apenas a um nível teórico.

Tendo em consideração que a integração da perspectiva de género promove a igualdade entre homens e mulheres ao integrar uma dimensão de género em todas as políticas e níveis políticos, isto implica que, a nível operacional, todos os Programas, Medidas e Intervenções a devem incluir.

Assim, a importância de distinguir políticas de igualdade de oportunidades e políticas de integração da perspectiva de género, assume uma elevada importância estratégica e salienta a necessidade para a mudança de perspectiva em relação à forma como a sociedade e as instituições promovem e constroem a igualdade através de valores e práticas. Sem esta perspectiva a desigualdade será provavelmente reforçada. Algumas avaliações anteriores das políticas de igualdade de oportunidades demonstraram que uma abordagem episódica ou pouco consistente direccionada apenas às mulheres não é completamente bem sucedida se não for coordenada conjuntamente com acções que atravessam todas as áreas políticas, direccionadas tanto aos homens como às mulheres, incluindo políticas de integração da perspectiva de género.

A igualdade de oportunidades é fundamental para os Programas, Medidas e intervenções que consideram as pessoas como os principais alvos (por exemplo, Objectivo 3 FSE). Além do mais, no âmbito de todos estes Programas, financiados por outros Fundos (FEDER, IFOP, FEOGA), torna-se essencial reconhecer que as mulheres e os homens não dispõem dos mesmos recursos, necessidades e preferências e que muitas estruturas, sistemas e políticas não são neutros no que respeita ao género, limitando-se a considerar como norma a experiência dos homens. Ao considerar diferentes necessidades e situações, os decisores políticos podem assegurar uma melhor orientação das políticas, uma implementação mais efectiva e uma maior igualdade. Com base na experiência prévia com os Fundos Estruturais, é

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

possível enumerar exemplos de intervenções que podem apoiar os Programas dos Fundos Estruturais, de forma a contribuir para a igualdade de oportunidades:

- Políticas direccionadas para a conciliação do trabalho e da vida familiar. Estas parecem ser particularmente relevantes no que respeita à tomada de decisão de entrada no mercado de trabalho e no apoio às condições de emprego da mulher, mas atingem melhores resultados se forem articuladas com políticas dirigidas aos padrões de organização do trabalho e às políticas de educação/formação, fiscais e de horário de trabalho;
- Sistemas de fixação de salários e negociação colectiva (embora estes tipos de acção negligenciam habitualmente as questões da igualdade de género);
- Programas que envolvam homens e mulheres. Estes têm sido considerados bem sucedidos, por oposição aos que se destinam exclusivamente às mulheres. Por exemplo, políticas de licença para assistência à família direccionadas apenas às mulheres podem ter consequências negativas na empregabilidade das mulheres, aumentando os custos da contratação das mulheres. O problema pode ser resolvido atribuindo a licença para assistência à família tanto aos homens como às mulheres;
- A implementação de campanhas de comunicação sobre o papel positivo das mulheres no trabalho, apoiando mudanças nas empresas e nos horários laborais e na prestação de serviços de apoio social.

A integração da perspectiva de género também implica a capacitação de todos os agentes políticos, a identificação das necessidades, a adaptação das ferramentas e instrumentos de gestão do programa e a mobilização de recursos e apoio político. Ao mesmo tempo, isto implica uma forte ligação entre as condições iniciais, os recursos aplicados e as intervenções efectuadas, os processos de intervenção, as realizações concretizadas e os resultados obtidos – bem como os impactos a longo prazo.

Exemplos de igualdade de oportunidades em diferentes fases do ciclo político incluem:

- Tomadas de decisão e concepção políticas. Envolvimento de representantes do sexo feminino, de organizações, em parceiras (locais), o desenvolvimento de indicadores e da recolha de dados com diferenciação de género, a implementação de procedimentos de previsão do impacto de género. A Caixa *Exemplo da institucionalização da integração das questões da igualdade de oportunidades no programa de desenvolvimento: Focus Grupos do Oeste da Escócia*, apresenta um exemplo.
- Implementação da política. Criação de gabinetes de coordenação paritários em, e, entre departamentos administrativos, a concepção de sistemas de monitorização e indicadores, a formação e capacitação na administração pública, a disponibilidade de recursos suficientes, o envolvimento de organismos paritários em todas as fases da programação desde a concepção do projecto, à selecção do projecto e à implementação;
- Monitorização e avaliação da política. Disseminação de metodologias e competências de avaliação relacionadas com o género.

Caixa: Exemplo da institucionalização da integração das questões da igualdade de oportunidades no programa de desenvolvimento: *Focus Groups do Oeste da Escócia*

Na área de Objectivo 2 da Escócia Ocidental, o Strathclyde European Partnership

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

(SEP) criou um *focus group* para oferecer recursos à equipa de planeamento e aos gestores do programa na fase de preparação e implementação. O *Focus Group* inclui parceiros especialistas em igualdade de oportunidades, como a Comissão para a Igualdade de Oportunidades, e parceiros com conhecimentos das áreas fundamentais do desenvolvimento económico, como o desenvolvimento empresarial, transportes e formação.

O conjunto de actividades realizadas pelo *Focus Group* incluiu: desenvolvimento de fontes de informação, realização de um seminário de sensibilização; desenvolvimento de um plano de acção; inclusão de orientação e experiência de outras organizações; e, realização de um processo avaliação da estratégia de igualdade de oportunidades do Programa em todas as suas fases de desenvolvimento.

A integração da igualdade de oportunidades foi um aspecto consistente no desenvolvimento do programa, tendo o *Focus Group* da Igualdade de Oportunidades funcionado como um recurso e fonte de apoio em todo o processo. A Avaliação da Estratégia Formal para a Igualdade de Oportunidades desenrolou-se em três fases principais:

- Primeiro, sinalizaram-se as questões gerais para a igualdade de oportunidades relativamente a diferentes temas económicos (infra-estruturas, empresa, aprendizagem e inclusão) antes de se definirem as prioridades e as medidas;
- Em segundo lugar, realizou-se uma avaliação mais detalhada do âmbito das prioridades e das medidas. Daí resultaram sugestões que foram integradas no corpo do Programa;
- Na terceira fase da avaliação, foram identificadas interacções fundamentais, com resultados positivos para a igualdade de oportunidades respectivamente integradas na descrição e âmbito das medidas.

Existem vários obstáculos que se atravessam no caminho da igualdade de oportunidades, que estão a ser integradas em todos aspectos dos Programas dos Fundos Estruturais. Um dos principais obstáculos consiste na falta de conhecimento e compreensão da importância da igualdade de oportunidades por parte das organizações parceiras. Acredita-se muitas vezes, de forma errada, que se trata do simples cumprimento de disposições legais, embora nem todos os parceiros estejam inteiramente cientes das suas responsabilidades legais, e as implicações associadas à introdução de legislação nova nem sempre são bem conhecidas. Assim, verifica-se a existência de uma abordagem 'legalista' mais centrada em políticas internas de igualdade de oportunidades, do que numa abordagem holística centrada na prática, como, por exemplo, quais são os obstáculos que determinados grupos enfrentam para aceder à formação e orientação, e que impedem a obtenção de resultados positivos no final do período de apoio previsto.

Embora a maioria dos envolvidos possam estar cientes de algumas destas questões, muitos terão uma visão extremamente limitada das mesmas. Mesmo quando se verifica um conhecimento das questões mais relevantes, existe uma falta de compreensão generalizada do impacto negativo que a falta de igualdade de acesso tem na vida de muitas pessoas. Existe frequentemente uma abordagem negativa e mecanicista à igualdade de oportunidades, considerada pela generalidade como uma barreira a ultrapassar para se ter acesso aos fundos. Esta atitude prejudica gravemente a integração total da igualdade de oportunidades na concepção e implementação de projectos. Para que se possa atingir uma integração plena da

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I: Temas e Áreas de Política: Temas Igualdade de Oportunidades

Igualdade de Oportunidades, todas as partes envolvidas na gestão e implementação dos Programas dos Fundos Estruturais devem defendê-la numa base quotidiana.

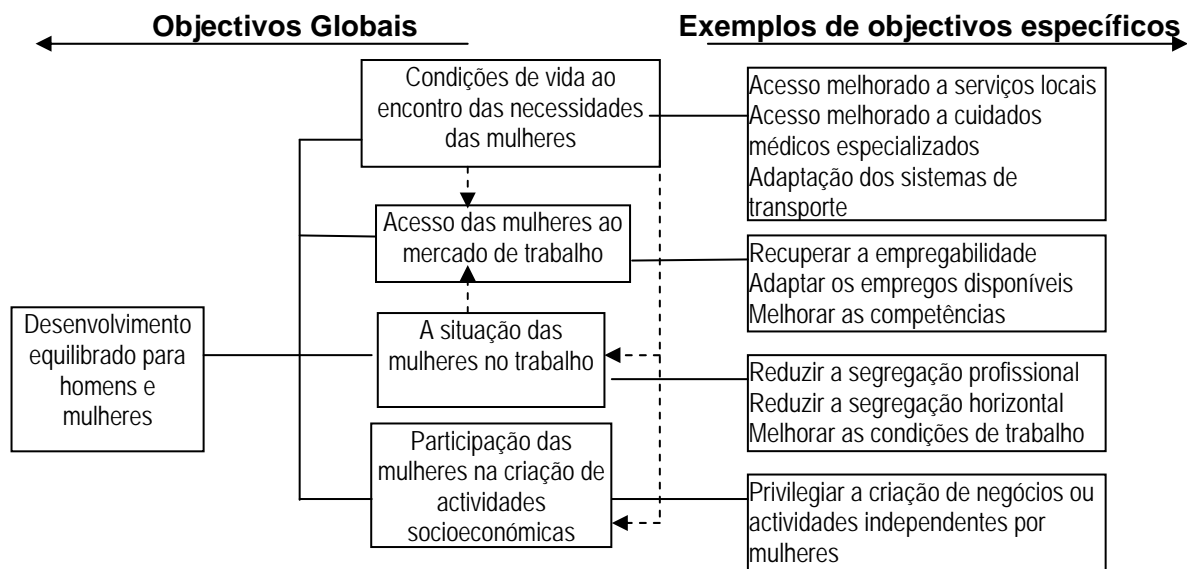
Principais questões e perguntas da avaliação

Ao avaliar os efeitos dos Fundos Estruturais na igualdade de oportunidades é importante distinguir entre objectivos de igualdade de oportunidades globais e específicos. Pode não ser possível analisar a igualdade de oportunidades imediatamente como um objectivo transversal no seu contexto global. É portanto aconselhável dividir os efeitos em subgrupos coerentes.

A Caixa Exemplo de uma árvore de objectivos temáticos para a prioridade da igualdade de oportunidades oferece uma grelha analítica, agrupando quatro tipos de efeitos possíveis no contexto específico dos Fundos Estruturais, em termos de:

- Melhoria das condições de vida para melhor responder às necessidades das mulheres
- Maior acessibilidade das mulheres ao mercado de trabalho
- Melhoria da situação das mulheres no trabalho
- Promoção da participação das mulheres na criação de actividades socioeconómicas.

Caixa: Exemplo de uma árvore de objectivos temáticos para a prioridade da igualdade de oportunidades



Por exemplo, acções de apoio à formação contínua ou ao longo da vida, formação profissional, aconselhamento e orientação podem aumentar a empregabilidade dos indivíduos. A introdução de horários de trabalho mais flexíveis para as mulheres que têm de cuidar dos filhos ou dos idosos em casa, licenças articuladas com as férias escolares, redução no aspecto físico do trabalho, podem no seu conjunto contribuir para adaptar os empregos às necessidades das mulheres. Consequentemente, o

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

acesso das mulheres ao mercado de trabalho é melhorado. Além do mais, os diferentes objectivos intermédios também estão relacionados. Se as condições de vida das mulheres (habitualmente apoiadas pelos Fundos Estruturais e não apenas pelo FSE) forem melhoradas de forma a dar uma resposta mais adequada às suas necessidades, os outros três tipos de impacto seriam mais facilmente alcançados. Da mesma forma, a melhoria da situação das mulheres nos seus empregos pode melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho.

Ao avaliar os efeitos da igualdade de oportunidades é igualmente importante considerar a possibilidade de as intervenções, independentemente da sua eficácia e sucesso, contribuírem para a reprodução de padrões de discriminação existentes, traduzindo-se assim em efeitos negativos. É muito importante que o responsável pela avaliação tenha em consideração a sobre- ou sub-representação das mulheres em intervenções específicas e que as conclusões sejam contextualizadas. As mulheres podem, por exemplo, estar sobre-representadas em medidas que não conduzem directa ou imediatamente ao emprego, como as medidas de formação, por oposição a esquemas de aprendizagem ou apoio ao desemprego.

A importância de proporcionar uma descrição do contexto socioeconómico juntamente com os resultados pode ser ilustrada pela questão do trabalho a tempo parcial onde a sua ocorrência pode ser considerada positiva ou negativa dependendo, por exemplo, do facto de essa medida ter sido uma opção ou uma necessidade e tendo em conta a frequente diminuição das condições de trabalho, tanto em termos de segurança no emprego como salarial.

Quando os programas são orientados para os sectores tradicionalmente dominados pelos homens, o responsável pela avaliação pode, além de determinar em que medida as mulheres participaram nas medidas e que tipos de medidas e resultados, tentar identificar as condições e mudanças necessárias para promover um maior equilíbrio de género nesse sector, no futuro.

A definição de um sistema capaz de seguir a programação e implementação a partir de uma perspectiva de género requer uma abordagem integrada que tenha em consideração as diferentes fases do ciclo da política.

Cada política pública considerada nos Programas Comunitários move-se num ciclo que pode ser dividido em fases, identificadas como momentos de impacto crítico, em relação às necessidades dos homens e das mulheres. Também o trabalho a partir de uma perspectiva da base para o topo (por exemplo, recuar da análise dos resultados para o planeamento inicial da política) implica uma profunda interacção entre as fases do processo político e as actividades do processo de avaliação.

A este respeito, a avaliação pode contribuir para reafirmar a política original, tendo em conta as características específicas do contexto local e da implementação local do processo, de forma a maximizar a sua eficiência e eficácia tanto para os homens como para as mulheres.

Cada fase do ciclo pode ser avaliada de forma independente – veremos no próximo parágrafo, que podem ser aplicados em cada fase da avaliação diferentes procedimentos, ferramentas e especificações – para identificar as áreas críticas (especialmente em relação aos diferentes grupos-alvo de mulheres e homens) e/ou as margens de melhoria, de forma a manter-se um nível de aprendizagem constante. Para se proceder a uma avaliação global da política, há um número de fases (conjunto mínimo) que devem, sempre e em qualquer caso, ser avaliadas pois representam, sem dúvida, momentos de impacto crítico, ao passo que outras podem ser avaliadas segundo os interesses daqueles que encomendaram a avaliação ou no que respeita a

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

certas áreas críticas específicas, directamente ligadas ao contexto de referência ou a situações contingentes. A avaliação destas fases é um valor acrescentado em termos de aprendizagem para as administrações em questão, pois permitem não só fazer avaliações em cada ciclo da política, como também contribuir para uma avaliação global e mais detalhada da política em questão. Considerando que o alcance da igualdade de oportunidades está frequentemente relacionado com a falta de conhecimento de abordagens específicas e metodologias a aplicar, e também devido à falta de consideração da sua importância na sociedade, a existência de uma aprendizagem constante torna-se essencial para disseminar a integração da perspectiva de género e melhorar o desenvolvimento da igualdade de género.

Neste contexto, avaliar o impacto dos Programas dos Fundos Estruturais na igualdade entre mulheres e homens significa:

- considerar cada política inserida num programa como um ciclo, que consiste em diferentes fases, independentes umas das outras, mas ao mesmo tempo profundamente interligadas num processo de influência mútua a partir de uma perspectiva de género;
- explorar a relevância de género do programa – tendo em consideração cada fase do processo político no contexto local específico – e assegurar, por outro lado, a prioridade da igualdade de oportunidades em todas as fases da avaliação do programa.

A fase de implementação – a fase crucial entre os objectivos identificados pelos responsáveis pelo planeamento e os resultados finais - deve ser analisada e avaliada, tendo em conta os diferentes actores que intervêm, os seus mecanismos de interacção e os diferentes “ganhos” a obter. A consideração de objectivos de igualdade no âmbito de um Programa está relacionada não apenas com os actores envolvidos, mas também com os processos que podem mudar e com o que vai realmente ser feito (serviços e actividades). A abordagem não está limitada a uma relação linear e automática entre acções e resultados, mas procura compreender de que forma são produzidos os serviços e actividades, ou o que determina os resultados, de uma política ou programa. Assim, é importante avaliar tudo o que ocorre entre a fase de planeamento de uma política e a produção de resultados.

O processo de implementação apresenta oportunidades para a abordagem sistemática da igualdade género dependendo da forma como o processo é levado a cabo, quem são os actores e de que forma estão envolvidos. Por exemplo, se as organizações de mulheres não estiverem presentes nas redes de decisão ou estiverem envolvidas a um nível inferior do poder formal, as intervenções escolhidas e as decisões tomadas podem influenciar os homens e as mulheres de formas diferentes, produzindo efeitos e resultados diferentes no desenvolvimento da igualdade de género.

Uma vez que o processo político é dinâmico, a definição das questões da igualdade de género podem mudar com o tempo, como resultado do *feedback* que pode ser originado pela implementação da política e pode causar alterações ao nível dos valores.

Para se obter um maior *feedback* é necessário identificar as “fases críticas” do processo de implementação. Estas fases são consideradas “críticas” por serem aquelas que podem influenciar a implementação da política (de forma positiva ou negativa). São também as que podem influenciar a eficácia e o desempenho da política para alcançar os objectivos da igualdade de oportunidades. A divisão por fases permite ao responsável pela avaliação identificar que factores da implementação

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

política funcionaram correctamente numa perspectiva de género, quais os que não funcionaram e onde e porquê o “mecanismo bloqueou”.

Isto implica que para se fazer uma avaliação global da política, existem várias fases que devem ser avaliadas (os aspectos de impacto crítico). As fases que devem ser tidas em consideração são as seguintes e são dados exemplos de questões-chave de avaliação que devem ser exploradas em cada fase.

Fase 1: Definir a política em termos de tomada de decisão e planeamento

Na fase em que a política é definida em termos de tomada de decisão e planeamento, a avaliação tem de reconstruir como foram definidos os objectivos políticos da prioridade da igualdade de oportunidades. Isto significa que todos os recursos (a começar pelos recursos humanos e de informação) que possibilitaram as decisões e as redes de actores envolvidos no processo de tomada de decisão, devem ser tidos em consideração. Neste sentido, todo o processo deve ser reconstituído, a partir do momento em que a questão da igualdade de oportunidades foi levantada até ao ponto em que o processo foi concluído. Deve prestar-se especial atenção à rede de actores envolvidos (que actores intervieram nas decisões, desempenharam um papel concreto no lançamento das políticas que podem ter efeitos na igualdade de oportunidades, quais foram os valores, objectivos e interesses que introduziram, qual o seu ponto de vista do problema que a política deveria resolver, qual a sua perspectiva do que aconteceu, o que abrandou o progresso ou que factores ajudaram a política a ser bem sucedida) e ao tipo de interacções entre os actores. Esta análise é essencial no contexto das perspectivas de género porque permite reconstruir os diferentes mecanismos para o envolvimento dos actores, o seu nível de participação e as perspectivas resultantes sobre as questões de género.

Fase 2: Políticas e procedimentos para atribuição de recursos

Nesta fase, em que as políticas e os procedimentos para a atribuição de recursos são desenvolvidos, o objectivo da avaliação consiste em realçar a relação existente entre o planeamento e os mecanismos reguladores quando os recursos são atribuídos numa perspectiva de género. Isto é necessário para se compreender se as políticas e orientação da Administração Pública são inclusivas ou não. Por exemplo, a definição dos requisitos específicos de elegibilidade (como o requisito da confiança) podem ter um efeito negativo nas pequenas organizações que trabalham as questões das mulheres.

Fase 3: Projectos oferecidos pelo sistema (organismos de gestão)

Na fase em que as actividades dos projectos começam a ser operacionalizadas pelas autoridades de gestão (esta fase é mais específica para as intervenções do FSE), torna-se crucial analisar e avaliar a “arquitectura” do sistema de oferta. A análise e avaliação desta fase são essenciais para se verificar se, por exemplo, um nível considerável de ineficiência da política tem origem em características inerentes ao sistema de oferta. Por outras palavras, uma Administração Pública pode identificar necessidades e objectivos específicos para a igualdade de oportunidades e definir um plano apropriado para os alcançar, mas noutro nível de oferta, se não existirem projectos adequados para estas questões os resultados podem ser negativos. A partir de uma perspectiva de género, o principal objectivo desta análise consiste em proporcionar indicações relativamente às características do próprio sistema. Começando pela informação inicial, é possível desenvolver índices específicos que podem definir a concentração, competição e níveis de especialização da oferta relativamente à igualdade de oportunidades e ao princípio da integração das questões

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

do género. Isto significa definir quantos Organismos de Gestão estão centrados na igualdade de oportunidades ou nas políticas de integração das questões de género, em que questões se centram, que recursos recebem, etc..

Fase 4: Selecção prévia do projecto

Na selecção prévia do projecto, é importante avaliar o impacto da selecção projecto na perspectiva de como e se os resultados da igualdade de oportunidades serão alcançados, identificando a utilização de critérios significativos de género e a sua importância no sistema global de selecção do projecto escolhido pela Administração Pública.

Fase 5: Propostas seleccionadas (5a) e rejeitadas (5b)

Da mesma forma, em relação aos projectos seleccionados e rejeitados, é importante avaliar a distribuição (no âmbito das Medidas, sectores da economia, contexto socioeconómico em relação ao género) da oferta planeada e para que grupos-alvo (da população geral e mulheres) e que características da oferta não estiveram relacionadas com a igualdade de oportunidades.

Fase 6: Realização das actividades

Na fase da realização das actividades, a avaliação deve considerar se os grupos de mulheres e/ou autoridades responsáveis pela igualdade de oportunidades estão representadas e activas nos comités de monitorização; se as pessoas responsáveis pela gestão do programa estão cientes de todas as questões envolvidas na promoção da igualdade de oportunidades (por exemplo, ter campanhas de sensibilização sobre o tema em questão); se os sistemas de monitorização incluem a recolha de dados de género diferenciados; se as intervenções foram melhoradas durante a sua implementação para melhor responderem às necessidades das mulheres; etc.

Fase 7: Implementação dos projectos e conclusões

Ao avaliar a fase de implementação dos projectos, do ponto de vista da eficiência da avaliação no que respeita à questão de género, tanto através da igualdade de oportunidades como através de políticas de integração da perspectiva de género, são particularmente importantes os impactos e resultados esperados e inesperados.

Cada fase do ciclo político pode ser avaliada de maneira independente (usando diferentes procedimentos, ferramentas e especificações de avaliação) de forma a identificar as áreas críticas (especialmente no que respeita a diferentes grupos-alvo de mulheres e homens) e/ou a margem de melhoria. Outras áreas podem ser avaliadas dependendo dos interesses daqueles que encomendaram o estudo de avaliação, ou no que respeita a certas áreas críticas específicas directamente relacionadas com o contexto de referência ou situações contingentes.

Devido à generalizada falta de conhecimento sobre as abordagens e metodologias específicas que melhor permitem alcançar a igualdade de oportunidades e à falta de consideração da sua importância para a sociedade, o papel da avaliação, enquanto instrumento de aprendizagem constante, é importante para a generalização da integração da perspectiva de género e para melhorar a igualdade de género.

Abordagens, métodos e técnicas relevantes

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

A igualdade de oportunidades é uma área política complexa e requer hoje em dia uma abordagem das redes, pois a maioria das políticas são implementadas através de redes (cf. Kickert et al. 1997).

As abordagens que têm início no enquadramento conceptual da Análise Política são provavelmente mais úteis na compreensão das complexidades associadas com a igualdade de oportunidades e políticas de integração das questões de género. A Análise Política tem sido desenvolvida no contexto conceptual conhecido por “teoria incremental ou da acumulação” (*incremental theory*) que se baseia nas seguintes premissas:

- A política pública é uma resposta a um dado problema;
- Existem vários actores (política da comunidade) com objectivos similares que criam um nível de inter-relação que conduz a uma decisão comum; estes mecanismos interactivos são aqueles que determinam a política, de forma que é importante ter em conta a lógica por trás das acções de cada actor, os seus interesses, as suas posições, os seus recursos, etc.;
- Estas decisões podem ser descritas como de “crescimento”, ou seja, elas são sempre potencialmente exequíveis e os decisores, em vez de perseguirem um modelo ideal, de forma abstracta, procuram melhorar constantemente a sua própria posição.

A Análise Política enquanto metodologia caracteriza-se pelas contribuições de diferentes disciplinas (economia, sociologia política, ciência política, econometria). É particularmente adequada para programas complexos com múltiplos actores. Uma vez que o desenvolvimento da igualdade de oportunidades depende de numerosas variáveis, muitas delas relacionadas com valores e comportamentos, a compreensão dos processos políticos pode ajudar a identificar as variáveis que merecem uma atenção especial.

A abordagem da análise política é essencialmente uma abordagem da “base para o topo”, por exemplo, começa com o processo de implementação e os mecanismos de implementação. Na primeira instância, os elementos que determinaram os resultados e os efeitos de uma política são identificados e analisados. Em segundo lugar, a medida em que estes elementos foram determinados pelos actores, pela interacção entre os actores, ou por factores externos, é tida em consideração. Resumindo, a abordagem da “base para o topo” começa com os impactos e os resultados obtidos pela política e depois recua até à fase da formulação inicial através de uma análise do processo de gestão administrativa e da interacção entre os actores. O objectivo é analisar as causas de tal comportamento e verificar até que ponto os resultados atingiram os objectivos estabelecidos na fase de planeamento.

A abordagem da “base para o topo” para a avaliação horizontal sobre a igualdade de oportunidades

Trabalhar a partir da base permite examinar a capacidade e abrangência das unidades administrativas para transformar as acções em resultados, assim como as decisões políticas originais, no sentido de determinar a medida em que estas (no que respeita a objectivos, padrões e recursos) influenciaram os resultados obtidos. As vantagens desta abordagem para a avaliação horizontal sobre a igualdade de oportunidades são consideráveis:

- Os aspectos considerados merecedores de análise para a igualdade de oportunidades podem ser estudados a partir de uma análise empírica (relação com outras políticas, fenómenos económicos e sociais, etc.) e as co-variações dos fenómenos observados podem ser verificadas de forma sistemática;

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I: Temas e Áreas de Política: Temas Igualdade de Oportunidades

- Recuando na análise da política desde a base (e portanto, começando pelos resultados), torna mais fácil a compreensão dos elementos do programa que afectam a eficiência política de forma positiva, negativa, ou que simplesmente não têm qualquer influência no alcance dos objectivos da igualdade de oportunidades;
- a política pode recuar até à preparação do Programa e pode ver-se como, mesmo na fase de tomada de decisão, podem ter existido determinadas características – escondidas por trás do programa oficial – que explicam parcialmente algumas falhas da fase de implementação relativamente aos objectivos da igualdade de oportunidades.

Desta forma é possível reconhecer como estão profundamente ligados os resultados da política e os impactos da igualdade de oportunidades no processo de implementação e assim, no que respeita à avaliação, como devem ser mantidos juntos, sintetizados do ponto de vista quantitativo no sistema de monitorização e de uma perspectiva qualitativa nas metodologias organizacionais e processuais usadas pelo mesmo processo de implementação.

Nesta base teórica, é possível identificar algumas hipóteses de trabalho para a avaliação dos efeitos da política dos Fundos Estruturais na igualdade de oportunidades e pode-se estruturar um modelo de avaliação que contemple metodologias e ferramentas de avaliação específicas para cada fase individual (ver Caixa *Propostas para um modelo de avaliação*).

Caixa: Propostas para um modelo de avaliação

Fase	Principais Questões de avaliação	Abordagens metodológicas
Fase 1: Definição da política em termos de processo de decisão e de planeamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em que medida os objectivos acordados vão ao encontro dos interesses e necessidades das mulheres, assim como o seu potencial impacto na igualdade de oportunidades; ▪ se os grupos de mulheres e/ou autoridades responsáveis, ao nível nacional e regional, pela igualdade de oportunidades foram envolvidos na programação e nos órgãos de tomada de decisão; ▪ se se verificou uma análise das necessidades das mulheres antes de se delinear a estratégia e escolher as intervenções; se os documentos do programa (DUP, QCA etc.) prevêm critérios quantitativos e qualitativos, assim como indicadores precisos para analisar a atenção dada à 	<p>A metodologia mais adequada para este tipo de análise é a análise dos processos de tomada de decisão que definem a documentação técnica usada durante o planeamento da política. Os métodos envolverão análise do processo centrada num conjunto de variáveis específicas: cronologia dos acontecimentos, natureza dos actores (características, objectivos etc.), mecanismos de interacção entre os actores, limitações, recursos, processo de implementação (ou processo de gestão administrativa).</p> <p>Assim, é possível reconstruir todo o processo (desde a abordagem da questão da igualdade de oportunidades até à conclusão do processo). Deve prestar-se especial atenção à rede de actores envolvidos (que actores contribuem para a tomada de decisão, quem desempenha um papel concreto no lançamento das políticas que podem afectar a igualdade de oportunidades, quais eram os valores, objectivos e interesses que introduziram, qual a sua visão dos problemas que a política visava colmatar, qual a sua visão do que aconteceu, o que abrandou o</p>

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

Fase	Principais Questões de avaliação	Abordagens metodológicas
	<p>igualdade de oportunidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ que potenciais impactos específicos terão os documentos do programa na igualdade de oportunidades; se os objectivos e a estratégia representam a continuação e a melhoria de anteriores estratégias e programas; ▪ se a estratégia e objectivos do programa se baseiam num exercício de previsão com um objectivo futuro preestabelecido, de melhorar a igualdade de oportunidades de género; 	<p>processo ou que factores contribuíram para o seu sucesso) e o tipo de interacções entre si.</p> <p>E deve realizar-se uma análise dos procedimentos administrativos no processo de implementação da política. Deve dar-se particular atenção aos procedimentos que podem, ou não, apoiar o envolvimento dos actores directamente ligados ao desenvolvimento da igualdade de oportunidades. Isto ajudará a verificar se, e em que medida, os procedimentos adoptados com vista à implementação das intervenções planeadas condicionaram os efeitos da política, na perspectiva do género. A Avaliação Ex-Ante do Programa, também será realizada nesta fase. Deve introduzir-se uma Análise do Impacto de Género.</p>
Fase 2: Política e procedimentos para distribuição de recursos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ em que medida os procedimentos usados para a distribuição dos recursos tiveram em consideração as características do mercado em termos de género, garantindo igualdade na participação; ▪ se os critérios usados para um convite à apresentação de propostas podem influenciar o acesso a actores específicos (por exemplo, os que trabalham em questões associadas à igualdade de oportunidades) 	<p>É através dos documentos de planeamento e propostas que a administração define os requisitos de “elegibilidade” para projectos candidatos a financiamento e as acções necessárias para os aplicar. A avaliação desta fase deve, portanto, ter em consideração a data e o volume de propostas, a rigidez dos critérios de distribuição, e os requisitos mínimos de acesso pretendidos, uma vez que são elementos fundamentais para a avaliação geral da política, todos elementos que se revelaram fundamentais para a igualdade de oportunidades.</p>
Fase 3: Projectos oferecidos pelo sistema	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quais são as características do sistema de propostas no que respeita à igualdade de género (quantas pessoas são consultadas sobre estas questões, que dimensão têm e de que forma estão organizadas, em que áreas específicas são especialistas); ▪ se o princípio da Integração da Perspectiva de Género foi tido em consideração pelo programa (considerando em cada medida o número e volume dos recursos que devem ser distribuídos para as questões da igualdade de oportunidades de forma directa ou indirecta); 	<p>Nesta fase, é útil o método da análise dos órgãos de gestão que submetem propostas de projectos a financiamento. Estes órgãos, determinam, por sua vez, as características e a qualidade da candidatura. A sua análise e avaliação são essenciais para determinar se a ineficácia da política tem origem em características inerentes ao processo de propostas. Ou seja, embora possam ter sido identificadas necessidades específicas para a igualdade de oportunidades e se tenha criado um bom plano para as alcançar, se não existirem projectos adequados direccionados para responder a estas questões, estas serão dificilmente alcançadas. Os resultados que podem obter-se a partir da avaliação nesta fase estão directamente ligados à definição (ou redefinição) das políticas e processos identificados na fase anterior. O sistema de propostas relativamente à igualdade de</p>

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

Fase	Principais Questões de avaliação	Abordagens metodológicas
		oportunidades, pode ser alterado (alargado, redimensionado, recentrado) dependendo dos resultados da avaliação realizada nesta fase.
Fase 4: selecção prévia do projecto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ se a selecção de projectos incluiu a aplicação do princípio da igualdade de oportunidades como uma condição na distribuição orçamental; ▪ se os critérios usados para a selecção de projectos consideram a igualdade de oportunidades e a perspectiva de género; ▪ se as autoridades responsáveis pela igualdade de oportunidades foram envolvidas na selecção dos projectos ▪ se os critérios usados para a selecção dos projectos incluem o requisito de uma avaliação de género de todos os projectos a concurso. 	<p>É útil analisar: se a Administração é capaz de identificar e seleccionar os projectos mais capazes de contribuir para os objectivos da igualdade de género definidos na fase de planeamento; se os critérios e indicadores têm em consideração a presença da integração das questões de género na política e as suas contribuições directas e indirectas para os objectivos gerais da igualdade de oportunidades.</p> <p>A avaliação dos critérios de avaliação dos projectos é fundamental numa perspectiva de género. Se os resultados de género esperados não forem alcançados numa dada altura do programa, pode significar a existência de procedimentos de selecção de projectos inadequados para identificar os projectos de género mais significativos. Neste caso, a avaliação dos critérios de selecção de projectos pode identificar fragilidades e sugerir recomendações que melhorem a selecção de projectos no futuro.</p>
Fase 5: Propostas seleccionadas e rejeitadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ quais são as características (em termos de distribuição no âmbito das medidas, sectores da economia, contexto sócio económico em relação ao género) da proposta planeada e a que grupos-alvo (da população e de mulheres) é dirigida. ▪ que características da proposta não estão associadas à questão da igualdade de oportunidades. 	<p>Para esta fase uma metodologia adequada consiste na análise das propostas que foram seleccionadas e no potencial dos utilizadores-alvo. É essencial analisar as propostas seleccionadas com base no que estava definido no programa relativamente à igualdade de oportunidades e compreender em que medida os objectivos indicados são coerentes. Isto significa regressar ao que emergiu da avaliação do Programa e - usando esta chave de interpretação – avaliar a proposta tentando categorizá-la em função de várias questões importantes:</p> <p>Em primeiro lugar devem ser examinadas as intervenções que se considera terem tido um impacto de género positivo (análise do impacto de género) para se verificar até que ponto foram valorizadas; a mesma análise deve considerar não apenas o número de intervenções mas também a quota de financiamento atribuída e as características, numa perspectiva de género, dos potenciais utilizadores;</p> <p>Em segundo lugar, outro tipo de análise a realizar diz respeito aos sectores económicos e às áreas profissionais contemplados na</p>

**A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades**

Fase	Principais Questões de avaliação	Abordagens metodológicas
		<p>proposta, por forma a verificar em que medida há concentração ou dispersão destas duas variáveis em relação à presença feminina no mercado de trabalho. Paralelamente devem também ser analisadas as propostas rejeitadas. O facto de um determinado número de projectos candidatos a financiamento ser rejeitado, prende-se com os critérios prévios de selecção. É, assim, importante compreender as características de uma proposta que não foi seleccionada e identificar certas características comuns destes projectos que não foram financiados relativamente à igualdade de oportunidades.</p>
Fase 6: Implementação de actividades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ se os grupos de mulheres e/ou autoridades responsáveis pela igualdade de oportunidades estão representadas e activas nos comités de monitorização; ▪ se as pessoas responsáveis pela gestão do programa estão cientes de todas as questões que envolvem a promoção da igualdade de oportunidades (por ex.: conhecimento de campanhas sobre o assunto); ▪ se os sistemas de monitorização incluem os dados diferenciados por género; ▪ se as intervenções foram melhoradas durante a sua implementação, para melhor corresponder às necessidades das mulheres etc. 	<p>Nesta fase há duas ferramentas a usar:</p> <p>a) a análise dos utilizadores ou beneficiários das intervenções, desagregados por género e por outras variáveis consideradas importantes para a igualdade de oportunidades;</p> <p>b) a implementação de um sistema de monitorização orientado para o género que possa medir e descrever cada intervenção do Programa, introduzindo elementos que podem ser importantes numa perspectiva de género. Por exemplo, os indicadores de processo devem ser capazes de monitorizar a qualidade da integração do género no Programa para permitir compreender que recursos financeiros e humanos foram dedicados aos objectivos de género ou devem ser construídos indicadores de resultados para identificar características das utilizadoras.</p>
Fase 7: Implementação dos projectos e conclusões	<ul style="list-style-type: none"> ▪ se os resultados obtidos estão relacionados com a igualdade de oportunidades; ▪ se os resultados obtidos são coerentes com o potencial impacto na igualdade de oportunidades, previamente identificado no início do ciclo. ▪ que resultados e impactos produziram as acções (programa operacional) na 	<p>Como a igualdade de oportunidades pode não ser um objectivo dos planos já definidos, os instrumentos para proceder a uma avaliação final dos programas operacionais em termos de igualdade de oportunidades devem ser capazes de identificar, ou dar uma visão aproximada desses efeitos. A avaliação permitirá à Administração Pública compreender em que medida os objectivos foram alcançados, no que respeita à Análise do Impacto de Género e Integração da Perspectiva de Género. Também deve verificar-se uma ligação à Análise do Impacto</p>

**A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades**

Fase	Principais Questões de avaliação	Abordagens metodológicas
	<p>igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.</p> <ul style="list-style-type: none"> os resultados e impactos do programa operacional correspondem aos requisitos e à necessidade de intervenção expressa pela área em questão, no que respeita à igualdade de oportunidades. será possível manter os resultados e impactos do programa de igualdade de oportunidades durante um considerável período de tempo (sustentabilidade)? 	<p>de Género do Programa, para se compreender se o impacto potencial definido a nível geral foi confirmado, alcançado ou invalidado pelas Medidas específicas que se utilizou.</p> <p>Nesta fase, deve realizar-se uma avaliação final dos resultados e impactos. Uma avaliação dos resultados e impactos do Programa deve ter em consideração acções paralelas com vista à igualdade de oportunidades e acções com potenciais repercussões (directas ou indirectas) na igualdade de oportunidades mesmo que este não seja o seu principal objectivo. Além disto, numa análise dos factores que determinaram estes resultados, é extremamente importante a situação inicial e as particularidades do contexto local em relação ao objectivo da promoção da igualdade de oportunidades.</p> <p>Ao realizar uma avaliação final da política, deve também ser tida em consideração a diferença entre resultados e impactos. Os resultados ou produtos de uma política referem-se aos produtos e benefícios usufruídos pelos beneficiários da política imediatamente no final das intervenções (por ex.: no caso de políticas de formação, o número de formandos que efectivamente encontraram emprego no final do projecto). O impacto, por outro lado, refere-se aos efeitos (esperados e inesperados) no final da intervenção, que afectam tanto os beneficiários como outros actores. Estes podem ser identificados a médio e longo prazo.</p>

Principais Métodos e Técnicas

Relativamente à implementação de avaliações da igualdade entre mulheres e homens os métodos e técnicas chave incluem:

- Inquéritos sociais
- Inquéritos aos beneficiários
- Análise de dados administrativos
- Análise de dados secundários
- Entrevistas individuais
- Estudos de caso
- *Focus* grupos

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

Os métodos apropriados para a avaliação da igualdade entre mulheres e homens são provavelmente diferentes a nível micro e a nível macro. Por exemplo, no que respeita a questões de emprego, as técnicas quantitativas serão úteis a nível macro, ao passo que a avaliação mais aprofundada das experiências das mulheres no mercado de trabalho implica possivelmente o recurso a técnicas qualitativas.

As técnicas com particular interesse para a avaliação da integração das questões de género incluem:

- Avaliação do impacto de género
- Análise Política
- Descrição, medição e fontes de dados

Apesar da grande preocupação manifestada a nível europeu pela avaliação e clarificação das consequências das políticas estruturais relativamente à igualdade de oportunidades, a documentação dos programas revela uma ausência quase total de indicadores precisos. Por exemplo, no que diz respeito aos Documentos de Programação Únicos, os indicadores são muito gerais e muito limitados. Na melhor das hipóteses as mulheres são consideradas como uma categoria de beneficiários separada, como acontece com os jovens ou os cidadãos portadores de deficiência.

É provável que os profissionais envolvidos na avaliação da igualdade de oportunidades tenham de desenvolver uma lista de indicadores que integre a dimensão da igualdade de oportunidades na avaliação global do programa. Podemos considerar indicadores sensíveis ao género e indicadores de género relevantes, como se pode ver na Caixa *Indicadores relativos à questão de género*.

Caixa: Indicadores relativos à questão de género

A existência de grandes diferenças de género, sobretudo no que respeita ao mercado de trabalho, é um facto universal reconhecido tanto pela literatura socioeconómica como pelos decisores políticos. Qualquer análise do contexto numa perspectiva de género deve permitir:

- Realçar as diferenças de comportamento e desempenho entre homens e mulheres;
- Isolar as principais causas destas diferenças e evidenciar qualquer fenómeno de segregação ou discriminação;
- Incluir uma interpretação e um enquadramento das diferenças de género no mercado de trabalho.

De forma geral, as diferenças de género podem ser compreendidas através de uma série de indicadores sensíveis ao género, que têm por objectivo quantificar:

- a incidência de determinados dados na população feminina de referência (por ex.: a taxa de trabalho, emprego e desemprego feminino, percentagem de população feminina em áreas abrangidas pelos programas);
- a percentagem de mulheres presente no total da população de referência (por ex.: a percentagem de mulheres relativamente ao número total de licenciados em Artes, a percentagem de mulheres relativamente ao número total de investigadores);

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

- O nível de importância de um dado fenómeno na população feminina comparativamente à sua importância na população masculina (por ex.: as diferenças entre as taxas de emprego e desemprego de homens e mulheres; índices de diferenças no emprego, diferenças salariais, etc.).

Os indicadores sensíveis ao género oferecem provas directas sobre a condição da mulher relativamente a um grupo de referência padrão ou específico.

Podem ainda ser identificados vários indicadores de género importantes que, não podendo ser calculados de forma distinta em termos de género, oferecem indicadores importantes sobre a condição da mulher em alguns contextos específicos.

Alguns indicadores de género importantes são, por exemplo: a percentagem de famílias que se queixam de interrupções no fornecimento de água; valor acrescentado por membro do pessoal de um dado sector; percentagem de municípios com sistemas de TIC, etc.

Do ponto de vista teórico, a identificação, construção e cálculo (sempre que possível) de indicadores adequados para medir os resultados e impactos, depende da operação preliminar de identificação de uma sequência de resultados intermédios e finais (esperados) com base nos objectivos da política. Ao avaliar os resultados e o impacto da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, tanto os resultados finais como intermédios devem ter em conta a diferenciação do impacto nos homens e nas mulheres. O conjunto de indicadores usado para medir resultados e o impacto devem, portanto, incluir a desagregação de género (indicadores sensíveis ao género), ou ferramentas para medir indicadores relevantes que permitam evidenciar dimensões importantes que influenciam a condição da mulher (por exemplo, a distribuição dos serviços de proximidade na zona em questão melhoram a posição das mulheres no contexto de referência). Estas ferramentas são frequentemente afectadas pela disponibilidade de informação administrativa e de monitorização estatística que permitam calcular os indicadores de género.

De forma a manter o mais possível a operacionalidade, o uso de indicadores deve limitar-se aos que podem ser quantificáveis. No entanto a informação qualitativa não deve ser desprezada, dada a natureza complexa e inovadora dos objectivos da igualdade de oportunidades.

Devem desenvolver-se indicadores específicos para cada uma das tipologias identificadas e cada indicador deve estar acompanhado de uma definição de género que tenha em consideração a incidência de utilizadoras (incluindo beneficiários individuais ou colectivos). Os indicadores devem ter igualmente em consideração a avaliação feita na fase de selecção prévia no que respeita à abertura e compromisso com vista à igualdade de oportunidades.

Os indicadores devem ter igualmente em consideração o contexto para os programas – adoptando, de preferência, uma análise abrangente do contexto com base num diagnóstico dos problemas enfrentados pelas mulheres, na identificação das perspectivas de desenvolvimento no âmbito específico do contexto regional ou nacional, ou na identificação dos objectivos mais importantes para a promoção das mulheres na respectiva região. A avaliação do impacto global dos Programas deve evidenciar os efeitos do programa nos indicadores contextuais, tendo em consideração possíveis efeitos de dispersão.

É provável que se dedique especial atenção aos indicadores de resultados e impacto especificamente indicados no Programa. Geralmente, é também importante identificar indicadores de resultados e impacto sensíveis ao género ou relevantes para as

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

questões de género, para avaliar os objectivos da igualdade de oportunidades relativamente a todas as medições do Programa. Estes indicadores podem ser:

1. Definidos por género, se forem sensíveis ao género,
2. Integrados com outros indicadores sensíveis ao género para evidenciar os resultados e o impacto subsidiários, de forma a mostrar a dimensão das questões de género em termos de factores de género relevantes,
3. Integrados com outros indicadores de género sensíveis e relevantes, sobretudo, nas áreas do Programa que têm resultados e impacto potencial em termos de formação, emprego e empreendedorismo das mulheres,
4. Classificados com base na esfera de resultados e impacto relativamente às questões de género.

A operacionalização de indicadores sensíveis à questão da igualdade de oportunidades, pode implicar a reorganização dos sistemas de dados. Por exemplo, é possível desenvolver sistemas de monitorização sensíveis à dimensão do género através da desagregação de indicadores em termos de género. A escolha dos indicadores requer frequentemente uma inspecção do sistema de TI.

A construção de um conjunto mais abrangente de indicadores pode depender de estudos e cálculos específicos, que podem significar um custo adicional tanto em termos de recursos como de tempo de implementação.

Ao analisar os indicadores, é importante não esquecer que os indicadores de resultados e, especialmente os indicadores de impacto não são, na sua generalidade, univocamente influenciados pela estratégia da igualdade de oportunidades. Na Caixa *Indicadores úteis: exemplos de indicadores que podem ser aplicados numa avaliação final sensível às questões de género*, apresentamos alguns exemplos úteis que podem ser usados na avaliação final. A Caixa *Classificação de projectos* apresenta sugestões para a classificação dos projectos na fase prévia.

Caixa: Indicadores úteis: exemplos de indicadores que podem ser aplicados numa avaliação final sensível às questões de género.

Do ponto de vista dos critérios de medição, nos quais se baseia a avaliação final, as principais dimensões de análise a considerar são as seguintes:

1. Eficácia – incluindo a eficácia externa, como por exemplo a capacidade de uma política alcançar os seus objectivos; utilidade, por exemplo, a capacidade de a política ter um efeito sobre um determinado problema para o qual se tenha criado uma estratégia específica (com base na terminologia acima definida, trata-se da relação entre a necessidade e os resultados e/ou requisitos para os quais uma política foi criada); equidade, por exemplo, uma avaliação de como a distribuição dos custos e benefícios do programa aumenta ou reduz as desigualdades entre vários grupos sociais (por exemplo, mesmo entre mulheres e não apenas entre mulheres e homens); e a sustentabilidade e o efeito multiplicador, por exemplo, a capacidade de introduzir mecanismos positivos que podem ser mantidos por um período prolongado, mesmo depois da conclusão do programa. Do ponto de vista da integração, a avaliação desempenha um papel extremamente importante, uma vez que no caso de planos que não são expressamente dedicados à promoção da igualdade de oportunidades – mas que de qualquer forma implicam um impacto diferenciado nos

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

homens e nas mulheres – a comparação entre a procura e as necessidades para um determinado plano, expressa pela situação local em termos de igualdade de oportunidade de género, é a dimensão que melhor responde às perguntas de avaliação apresentadas no início deste capítulo.

2. Eficiência – trata-se da relação entre os recursos usados e os resultados/impactos, com particular incidência na economia, por exemplo, a capacidade de alcançar resultados significativos a custos reduzidos através de uma comparação directa entre custos (directos e indirectos) e benefícios (directos ou indirectos) da política realizada.

Caixa: Classificação de projectos

Uma sugestão para um indicador horizontal da integração da Igualdade de Oportunidades consiste em classificar, na fase de candidatura do projecto, todos os projectos de acordo com as seguintes categorias:

1. Igualdade-neutro
2. Orientado para a Igualdade (conteúdo baixo no que respeita à igualdade de oportunidades)
3. Projecto de Igualdade (conteúdo médio ou alto no que respeita à igualdade de oportunidades).

FONTE: Comissão Europeia, Direcção Geral XVI, Política Regional e Coesão, Novo Período de Programação 2000-2006, Working Paper Metodológico nº 6, Indicators for Monitoring and Evaluation: An Indicative Methodology.

No caso de uma avaliação dos resultados e impacto da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, tanto os resultados finais como intermédios devem reflectir o impacto diferenciado de uma medida, nos homens e nas mulheres, depois de determinadas as variáveis do impacto. O conjunto de indicadores usados para medir os resultados e o impacto devem, assim, incluir desagregação de género (indicadores sensíveis ao género), ou ferramentas para medir indicadores relevantes para o género, uma vez que evidenciam dimensões importantes que influenciam a condição das mulheres (por exemplo, a distribuição dos serviços de proximidade na área em questão melhora a posição das mulheres no contexto de referência). Esta informação geral entra frequentemente em conflito com as dificuldades operacionais associadas à disponibilidade de fontes estatísticas administrativas e de monitorização, que nem sempre permitem calcular indicadores de género.

A avaliação de género dos Programas é um processo complexo que inclui várias metodologias de análise, segundo o tipo de política a analisar e o contexto de referência. É da responsabilidade dos avaliadores definir e propor um quadro de avaliação de resultados e impacto, identificando, em conjunto com outros parceiros, as questões da avaliação, metodologias e ferramentas, bases de informação, tempo e recursos necessários para concluir o processo de avaliação.

Normalmente, os avaliadores são responsáveis pela definição e proposta de um quadro de indicadores de resultados e impacto, em conjunto com os parceiros, assim como as perguntas de avaliação, as metodologias e ferramentas e as fontes de informação para concluir o processo de avaliação. No entanto, os passos seguintes

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

descrevem as fases que são normalmente seguidas na avaliação de resultados e impacto dos programas para a igualdade de oportunidades:

Identificação das principais acções/medidas/eixos/objectivos do programa e as variáveis de resultado/impacto associadas. Na avaliação do impacto de género dever ter-se em consideração a relação entre os objectivos explícitos do programa e os objectivos implícitos ligados à questão do género;

- Identificar os indicadores para estas variáveis;
- Identificar os actores relevantes para cada variável – o objectivo e a relação entre o sistema de implementação do programa/projecto e os resultados (fase de selecção, fase de implementação, fase de distribuição e animação);
- Identificar a situação de arranque e outras variáveis que não fazem parte do programa mas que podem influenciar os indicadores em consideração;
- Definir a metodologia e enquadramento da avaliação (questões da avaliação, bases de informação, peritos, situação de controlo/contrafactual, duração e recursos, etc.).

A avaliação do contexto de género (a situação de arranque e os requisitos da política) e a avaliação prévia do impacto estão estreitamente relacionadas.

O grupo de monitorização e avaliação técnica do FSE está a desenvolver um sistema de indicadores de impacto e contexto (ver Caixa *Avaliação da integração da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas medidas co-financiadas pelo FSE*).

Caixa: Avaliação da integração da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens nas medidas co-financiadas pelo FSE

A Comissão está a desenvolver vários indicadores-chave e indicadores de contexto para monitorizar a implementação das Directrizes para o Emprego sobre igualdade de género. Muitos indicadores derivam de fontes de inquérito da Comissão, como o *Labour Force Survey* (LFS), a série harmonizada sobre desemprego do Eurostat e o *European Community Household Panel* (ECHP). As medidas-chave incluem:

- Discrepância de emprego absoluta; Discrepância de desemprego absoluta
- Índice de segregação de género nas ocupações; Discrepância de pagamento por género.

Ver exemplo: Monitorização do FSE e Encontro de Avaliação do Grupo Técnico: Discussion Paper. Evaluation of Mainstreaming Equal Opportunities for Women and Men in Measures Cofinanced by the ESF. 21/06/2002.

Boas práticas

É essencial associar um contexto socioeconómico descritivo aos resultados. Isto pode ser ilustrado pela questão do tempo parcial – que pode ser considerado positivo ou negativo dependendo, por exemplo, do facto de trabalho a tempo parcial ser uma escolha ou uma necessidade e tendo em conta as condições de trabalho, frequentemente menos favoráveis, tanto no que respeita à segurança laboral como aos salários. Quando os programas estão orientados para sectores tipicamente

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

dominados pelos homens, o avaliador pode, além de determinar até que ponto as mulheres participaram na medidas e quais os tipos de medidas e de resultados, tentar identificar as condições e mudanças necessárias para promover um maior equilíbrio de género para o sector, no futuro. A Caixa *Exemplo de boas práticas na análise do contexto da Igualdade de Oportunidades* dá-nos um exemplo de uma análise do contexto sensível ao género para a Documentação do Programa na região nordeste do Reino Unido.

Caixa: Exemplo de boas práticas na análise do contexto da Igualdade de Oportunidades

No documento único de programação do Nordeste de Inglaterra são apresentadas análises detalhadas da situação existente na região no que respeita à igualdade de oportunidades, com os seguintes objectivos: apresentar uma descrição da área elegível em termos de tema; definir o contexto organizacional e a política; e identificar os potenciais impactos do programa.

O perfil da Igualdade de Oportunidades é geralmente pouco detalhado proporcionando pouca informação para definir o contexto para este tema na região. Combina a análise dos dados existentes com uma revisão da investigação realizada sobre diferentes temas. O perfil contempla os cinco principais grupos-alvo de acordo com a interpretação da região do tema horizontal: género; minorias étnicas; deficiência, famílias monoparentais; e idade (acima dos 50 e abaixo dos 25). Outros grupos podem ser brevemente contemplados se existirem dados (ex: exilados e grupos de refugiados). No caso da maioria dos grupos, as limitações dos dados disponíveis restringiram o tipo de análise a efectuar. Para a maioria, o perfil concentra-se nos níveis relativamente baixos da actividade económica dos grupos, com informação proveniente do *UK Labour Force Survey*, em termos de: desemprego; emprego; ocupação (como condição para a qualidade do emprego); capacidades e qualificações.

Adicionalmente a análise considera as aspirações destes grupos e os obstáculos à sua concretização, contextualizando os baixos níveis de actividade. Sem surpresa, verificamos que a análise por género é mais detalhada, acrescentando a dependência do Estado (como beneficiários), emprego a tempo parcial, trabalho em casa, níveis salariais (para emprego a tempo inteiro por sector de actividade e ocupação, auto-emprego e a composição do emprego por género e por sector.

A avaliação da igualdade de oportunidades em cada uma das fases do ciclo da política facultará aprendizagens úteis para a administração em causa pois, não só permite a realização de avaliações em cada fase, como também ajuda a obter uma avaliação geral mais detalhada e completa da política em causa. A Caixa *Exemplo do reforço da questão do género no sistema de selecção de projectos: o caso da Província Independente de Bolzano – Itália* apresenta o exemplo da Província Independente de Bolzano em Itália e a forma como as actividades de monitorização e avaliação do Fundo Social Europeu originaram mudanças na selecção dos projectos.

Caixa: Exemplo do reforço da questão de género no sistema de selecção de projectos: o caso da Província Independente de Bolzano - Itália

As actividades de monitorização e avaliação realizadas para o novo programa do

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

FSE na província de Bolzano evidenciaram uma oportunidade para reforçar a questão do género nas metodologias de planificação. Uma forma de alcançar este objectivo foi identificada correctamente no acompanhamento das intervenções e planeamento e na subsequente implementação do sistema de selecção prévio, por parte dos órgãos de gestão.

A solução proposta é que os critérios para a Igualdade de Oportunidades devem ser calculados separadamente, usando uma série de indicadores específicos de género, associados a um multiplicador extra que pode aumentar os resultados globais obtidos actualmente. Os critérios específicos identificados são os seguintes:

- Presença de critérios de género na divulgação do projecto e em comunicações destinadas a potenciais utilizadores;
- Presença de critérios de género nas actividades de selecção;
- Presença de critérios de género no planeamento da definição dos conteúdos;
- Presença de critérios de género no planeamento da definição dos conteúdos específicos, de impacto directo como: experiências de mulheres empreendedoras, progresso feminino nas carreiras, cuidados prestados a familiares partilhados, etc.;
- Presença de critérios de género nas metodologias organizacionais;
- Presença de critérios de género na implementação das actividades;
- Presença de critérios de género na definição do grupo de trabalho;
- Presença de critérios de género em actividades de acompanhamento;
- Presença de critérios de género em serviços de apoio extraordinários;
- Presença de critérios de género na distribuição dos resultados.

Estes critérios foram articulados tanto para as actividades correntes como para as actividades do sistema.

Verifica-se uma maior sensibilização para a importância da igualdade de oportunidades e uma crescente bibliografia sobre boas práticas, mas muita desta informação não está necessariamente acessível ou amplamente difundida. A promoção de boas práticas tem uma dupla função de disseminação e de investigação. Isto significa que quem submete os projectos deve ter em consideração a igualdade de oportunidades mas também fazer referência a estratégias e informação local, regional e nacional mais detalhadas. Verifica-se também a necessidade de reunir informações sobre obstáculos e soluções para questões relacionadas com a igualdade de oportunidades. A Caixa *Exemplo de boas práticas de sensibilização para a Igualdade de Oportunidades no Reino Unido* mostra de que forma se promoveu a sensibilização para a igualdade de oportunidades na região Noroeste do Reino Unido.

Caixa: Exemplo de boas práticas de sensibilização para a Igualdade de Oportunidades do Reino Unido

A *Equal Opportunities Mainstreaming Strategy* 2003 para o Noroeste, Objectivo 3 do Programa do FSE incluiu nos seus objectivos a necessidade de assegurar que todos os parceiros envolvidos na gestão e implementação dos Programas dos Fundos Estruturais compreendessem e recebessem formação apropriada sobre a Igualdade de Oportunidades. Quatro grupos constituíram alvos específicos deste conjunto de actividades:

- Membros de todos os Comitês de Programas: Embora muitos membros dos Comitês e dos gabinetes Governamentais tenham sido envolvidos aquando da discussão das questões relativas à igualdade de oportunidades, há uma necessidade constante de actualização e reforço da mensagem. Isto inclui pormenores relativos ao plano nacional de integração da igualdade de oportunidades, que ajudará a reforçar a importância desta questão a nível nacional.
- O pessoal do Gabinete Governamental envolvido no Programa do Objectivo 3 recebeu formação sobre diversidade em Junho de 2002, incluindo mulheres, minorias étnicas e pessoas portadoras de deficiência.
- Organizações co-financiadoras e patrocinadores de projectos.
- Dinamizadores dos projectos: Aquando da candidatura a financiamento os dinamizadores dos projectos devem demonstrar de que forma o seu projecto apoia e promove a igualdade de oportunidades (pergunta 4.6 no Formulário de Candidatura Interactivo). Estão a ser desenvolvidas ferramentas de orientação para ajudar os potenciais candidatos a projectos a incorporar a igualdade de oportunidades na concepção dos seus projectos e nos mecanismos de dinamização.

Todas as acções de formação disponibilizaram a totalidade das publicações produzidas a nível nacional como parte da Estratégia de Integração da Igualdade de Oportunidades. O gestor dos temas transversais à Igualdade de oportunidades fará ligação com os responsáveis pela igualdade nas organizações co-financiadoras e nos patrocinadores dos projectos para assegurar as melhores práticas.

Bibliografia

Acker, J. (1990) Hierarchies, Jobs and Bodies. A Theory of gendered organizations. *Gender and Society*, 4(2), 139-158.

Commission of the European Communities: A Guide to Gender Impact Assessment.

Commission of the European Communities: Communication from the Commission to the Council and the European Parliament. Framework Strategy on Gender Equality Work Programme for 2002. COM(2001) 773 final.

Commission of the European Communities: Equal opportunities for women and men in the EU. Annual Report 2000.

Commission of the European Communities: Mainstreaming Equal Opportunities in the Structural Funds: How regions in Germany, France and the United Kingdom are putting into practice the new approach. April 1999.

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

Commission of the European Communities: Progress report from the Commission on the follow-up of the Communication: "Incorporating equal opportunities for women and men into all Community policies and activities"

Commission of the European Communities: Report from the Commission to the Council, the European Parliament, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Annual Report on Equal Opportunities for Women and Men in the European Union 2002. COM(2003) 98 final.

Commission of the European Communities: Report from the Commission to the Council, the European Parliament, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Annual Report on Equal Opportunities for Women and Men in the European Union 2001. COM(2002) 258 final.

Commission of the European Communities (2001), Strengthening the local dimension of the European Employment Strategy, Communication from the Commission to the Council, the Commission of the European Communities (2002), Impact evaluation of the EES - Equal opportunities for women and men. Background paper, EMCO /29/060602/EN_REV 1

Council of Europe (1998), Gender Mainstreaming: Conceptual Framework, Methodology and Presentation of Good Practices, EG-S-MS (98) 2, Strasbourg

ESF MONITORING AND EVALUATION MEETING-TECHNICAL GROUP: Discussion Paper. Evaluation of Mainstreaming Equal Opportunities for Women and Men in Measures Cofinanced by the ESF. 21/06/2002.

European Commission (1999) Council Regulation (EC) N0 1260/1999 of 21 June.

European Commission (2000) Mainstreaming Equal Opportunities for Women and Men in Structural Fund Programmes and Projects. The New programming period 2000-2006: Technical Paper 3. Brussels: European Commission, Regio.

European Commission (2002) Conclusions of the European Social funds evaluations regarding the execution of the equality principle between men and women. Thematic presentation of the results of the European Social Funds evaluations between 1994-1999. Brussels: European Commission, Employment and Social Affairs DG.

European Commission (2002) Evaluation of mainstreaming equal opportunities for women and men in measures cofinanced by the ESF. Brussels: ESF Monitoring and Evaluation meeting-Technical Group 21.06.2002, Discussion paper.

European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, COM (2002) 629 Final

Fellini, I., Oliva, D. Pesce, F. Samek M. Lodovici (2002), Un sistema di monitoraggio e di valutazione in un'ottica di genere. Un manuale per l'uso, Provincia Autonoma di Bolzano

Horelli, L. Booth, C., Gilroy, R. (1998/2000) The EuroFEM Toolkit for Mobilising women into Local and Regional Development, Revised version. Helsinki: Helsinki University of Technology.

Humphries J. and Rubery J. (1995), Some Lessons for Policy, in J. Humphries and Rubery J.(eds.) The Economics of Equal Opportunities, UK Equal Opportunities Commission

Lofstrom, A. (2001), A report on gender equality and economic growth, mimeo

A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – MANUAL TÉCNICO I:
Temas e Áreas de Política: Temas
Igualdade de Oportunidades

McGilloway, M. (2001) Finding a balance. Promoting women in local decision-making. Derry: Inter Agency Group Addressing Gender Equality.

Ministry of Social Affairs and Health (1999) Mainstreaming Equality. The State of Gender Equality on the Eve of the 21st Century. Final Report on the Plan of Action for the Promotion of Gender Equality of the Government of Finland. Helsinki: Office of the Ombudsman for Equality, Ministry of Social Affairs and Health.

Oliva Daniela, Pesce Flavia, Samek Lodovici Manuela, Valutazione comparata delle politiche di pari opportunità, Professionalit, n 58, 2000.

Oliva Daniela, Pesce Flavia, Samek Lodovici Manuela, Benchmarking Equality Policies in Europe, Istituto per la Ricerca Sociale, Commissione Europea DG V, 1999.

Optem (2002), Study on Integrating Gender mainstreaming into employment policies, Final report

Pesce, F. and Vanelli V. (2002), Organizational learning: an evaluation model applied to a policy cycle, Paper presented at the 5th Biennial Conference of the European Evaluation Society, Seville, October 10-12th 2002

Polverari, L. and Fitzgerald R. (2002), Integrating Gender equality in the evaluation of the Irish 2000-06 National Development Plan, European Policies research Centre, University of Strathclyde, Glasgow

Rees, T. (1998) Mainstreaming Equality in the European Union. London: Routledge
Tasa-arvoa valtavirtaan (Gender mainstreaming - an internet report)
<http://www.eurofem.net/info/wales.html>

S. Taylor, Polverari L. and Raines P. (2001), Mainstreaming Horizontal Themes into Structural Fund Programming, IQ-Net Thematic Paper 10(2), European Policy Research Centre, University of Strathclyde, Glasgow

Samek, M. Lodovici, Woman, Equal Opportunities and Local Employment Development, paper presented at the Woman European Forum on Local Development, Rhodes, May, 2003

M. Samek Lodovici, Pari Opportunit nel mercato del lavoro. Modelli di intervento e risultati (Equal Opportunities in the labour market. Intervention models and results), to be published in Diritto del Lavoro e delle Relazioni Industriali

Woodward A.E. (2001), Gender Mainstreaming in European Policy: Innovation or Deception?, WBS Discussion Paper, FS I 01 - 103

Palavras-chave

- Actor Político
- Integração da perspectiva de género (“*Gender mainstreaming*”)